

Eficiência dos serviços judiciais e aprimoramento do PJe são prioridades para os novos dirigentes da 3ª Região

Desafio será conciliar retorno presencial e teletrabalho na pós-pandemia

Edmilson Gomes

Aperfeiçoar o Sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe), preparar a Justiça Federal para atuar na realidade pós-pandemia da Covid-19 e buscar maior eficiência para a prestação dos serviços jurisdicionais. Estas são algumas das prioridades dos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) e das Seções Judiciárias dos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul que iniciaram, em março, seus mandatos da gestão 2022-2024.

Na posse solene, ocorrida em 8/3, a presidente do TRF3, desembargadora federal Marisa Santos, disse que a experiência vivida no biênio 2020-2022, com a intensificação do uso da tecnologia e do trabalho a distância, mostrou a necessidade de racionalização dos espaços.

“O desafio está em reestabelecer a correta equação entre a necessidade da presença de juízes e servidores nos fóruns e o revezamento do trabalho não presencial”.

Ela defendeu a necessidade da manutenção do atendimento nos locais de trabalho. “Temos que conhecer pessoalmente a nossa jurisdição, sem, contudo, deixar para trás as conquistas tecnológicas”, acrescentou.

A mesma linha segue o diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo (SJSP), juiz federal Márcio Ferro Catapani. Reconduzido ao cargo para a nova gestão, o magistrado defendeu construir uma nova forma de trabalhar, especialmente considerando que o acervo processual está praticamente digital, com cerca de 98% dos processos no PJe.

“Não voltaremos ao que era antes de 2020, mas não ficaremos 100% em teletrabalho. Temos que achar um meio termo e precisamos pen-



“O desafio está em reestabelecer a correta equação entre a necessidade da presença de juízes e servidores nos fóruns e o revezamento do trabalho não presencial”

**Marisa Santos,
desembargadora federal,
Presidente do TRF3**

sar na melhor forma, com investimento intensivo em novos procedimentos, novas formas de atuação e em tecnologia”.

O diretor lembrou que há advogados que querem ser atendidos em seu escritório, assim como partes que não precisam ir até ao Fórum para fazer uma audiência, podendo realizar o procedimento pelo celular. “Vamos precisar reaprender a trabalhar e construir as melhores soluções para esse novo momento”, pondera.

Mato Grosso do Sul

A presidente Marisa Santos prometeu cuidado especial em relação à Justiça Federal no estado sul-mato-grossense.

“Precisamos de um olhar atento do poder público, com mais proteção em nossas fronteiras e ao meio ambiente. O avanço sobre as comunidades indígenas, a devastação ao meio ambiente e os conflitos de natureza agrária geram demandas de alta complexidade”, pontuou.

A missão de comandar a diretoria do Foro da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul (SJMS) na gestão 2022-2024 é da juíza federal Monique Marchioli Leite. Ela pretende dar seguimento à modernização, tanto com relação à estrutura física quanto ao aprimoramento dos serviços administrativos.

“Além disso, também é uma das prioridades a continuidade das ações dos Juizados Itinerantes para que se possa levar a Justiça Federal a mais pessoas, à população em estado de vulnerabilidade e sem acesso ao Poder Judiciário, bem como buscar meios para a ampliação do Juizado Especial Federal de Mato Grosso do Sul”, salientou.

A magistrada também destacou a meta de instalação de energia fotovoltaica na Seção Judiciária, com a redução de custos e contribuição para o meio ambiente. Com relação aos serviços administrativos, prioriza dar continuidade e concluir o mapeamento dos fluxos de processos de trabalho, bem como reduzir o tempo para a conclusão de tarefas e projetos.

Experiência

A experiência dos gestores é um fator presente no novo ciclo de administração da Justiça Federal da 3ª Região. A presidente Marisa Santos atuou como corregedora regional na gestão passada e foi a primeira presidente do Juizado Especial Federal de São Paulo (JEF/SP), primeira presidente da Turma Recursal SP e coordenadora dos JEFs da 3ª Região por quatro vezes.



“Agora temos condições de produzir resultados rapidamente, dar continuidade aos projetos que estavam em andamento na Seção Judiciária de SP”

**Márcio Ferro Catapani,
juiz federal, diretor do Foro
da SJSP, juiz federal**

Com o aprendizado adquirido, a presidente tem a missão de dar continuidade à ampliação do TRF3, que passará a ter 55 desembargadores. “A Lei 14.253/2021 transformou 14 cargos vagos de juiz federal substituto em 12 cargos de desembargador do nosso Tribunal. Quatro gabinetes já estão instalados, com todo mobiliário e estrutura. As providências administrativas para a instalação dos oito gabinetes restantes já foram iniciadas”, declarou.

A desembargadora também quer fortalecer a colaboração com outras instituições. “Necessitaremos da consolidação das parcerias com os entes que litigam na Justiça Federal, como o Ministério Público Federal, advocacia pública e privada, Tribunais de Justiça de São Paulo e do Mato Grosso do Sul”, afirmou.

O juiz federal Márcio Ferro Catapani permanece como diretor do Foro da SJSP e já atuou como diretor das Subseções Judiciárias de Guarulhos e Itapeva. Ele enfatizou que os gestores precisam aprender e se adaptar para lidar com a atividade estritamente administrativa.

“No meu caso, fiz a adaptação na gestão passada, de uma forma muito mais difícil, porque tomamos posse logo após a pandemia chegar ao Brasil. Agora temos condições de produzir resultados rapidamente, dar continuidade aos projetos que estavam em andamento na Seção Judiciária de SP. Então, acredito que temos a ganhar com isso”, acrescentou.

Já a diretora do Foro da SJMS, juíza federal Monique Marchioli Leite, passou por todas as Subseções Judiciárias sul-mato-grossenses, à exceção de Três Lagoas, e foi coordenadora das Turmas Recursais. Paulista, ela se considera sul-mato-grossense de coração. Já está há quase 11 anos em MS e conhece os desafios que magistrados e servidores enfrentam no dia a dia.

“Não preciso dizer o tamanho do amor e gratidão que tenho por este Estado, que me acolheu muito bem desde o primeiro dia do meu exercício como magistrada. Então, é uma honra poder participar de alguma forma da modernização e aprimoramento da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul. Todos os colegas que me antecederam colaboraram para o crescimento desta Seção, de forma brilhante. Também pretendo deixar minha contribuição, buscando sempre o melhor para todos, com um olhar humanizado e conciliador”, ressaltou.



“Todos os colegas que me antecederam colaboraram para o crescimento desta Seção, de forma brilhante. Também pretendo deixar minha contribuição, buscando sempre o melhor para todos, com um olhar humanizado e conciliador”

**Monique Marchioli Leite,
juíza federal,
Diretora do Foro da SJMS**

Além dos magistrados acima, também assumiram, em março, postos como dirigentes na Justiça Federal da 3ª Região para o biênio 2022-2024: o desembargador federal Antonio Cedenho como vice-presidente do TRF3; o desembargador federal Luiz Stefanini, como corregedor regional da Justiça Federal da 3ª Região; e o juiz federal Luiz Augusto Iamassaki Fiorentini, como vice-diretor da SJMS. Na SJSP, a juíza federal Leticia Dea Banks Ferreira Lopes foi reconduzida como vice-diretora da SJSP – Capital, assim como o juiz federal Samuel de Castro Barbosa Melo, como vice-diretor da SJSP – Interior.

Currículos dos gestores

Natural de São Paulo/SP, a desembargadora federal Marisa Ferreira dos Santos é bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP - 1978) e mestre em Direito Previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP - 2001). Foi procuradora do Estado de São Paulo (1984-1987). Magistrada desde 1988, foi promovida ao TRF3 em 2002 e ocupou o cargo de corregedora-regional na gestão 2020-2022. É autora de seis livros, entre os quais “Direito Previdenciário Esquematisado” e coautora de “Juizados Especiais Cíveis e Criminais, Federais e Estaduais”.

O juiz federal Márcio Ferro Catapani nasceu na capital paulista, possui graduação em Direito pela USP (2000), mestrado em Direito Comercial pela PUC-SP (2004) e doutorado em Direito Comercial pela PUC-SP (2011). É professor de Direito Comercial da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Ingressou na magistratura federal em 2007. Desde 2020, é diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo. É autor do livro “Títulos Públicos: Natureza Jurídica e Mercado” (2014).

Também natural da cidade de São Paulo, a juíza federal Monique Marchioli Leite é pós-graduada em Filosofia e Autoconhecimento pela PUC-RS; pós-graduanda em Neurociência e Direito pela Escola da Magistratura Federal do Paraná (Esmafe/PR) e cursa MBA em Planejamento Previdenciário. Ingressou na magistratura federal em 2011. É integrante da 2ª Turma Recursal de Campo Grande/MS, além de juíza do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

